



Nº 2/2022
15 de junho de 2022

E_IUM

Boletim Eletrónico do Instituto Universitário Militar



NORTH ATLANTIC SECURITY AND DEFENSE STRATEGY (NASDS)

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA E DEFESA DO ATLÂNTICO NORTE (ESDAN)

Diogo Cunha

Sofia Arantes

A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO MUNDO GLOBAL. A AGENDA BRASILEIRA DE DEFESA

THE GEOPOLITICS OF BRAZIL IN THE GLOBAL WORLD. THE BRAZILIAN DEFENSE AGENDA

Beatriz de Abreu Gomes

Amilly Soares

A SEGURANÇA GLOBAL. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ÁFRICA

THE GLOBAL SECURITY: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR AFRICA

Edição do Instituto Universitário Militar
(IUM)

Os artigos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos autores
e_ium@ium.pt

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA E DEFESA DO ATLÂNTICO NORTE (ESDAN)

ESDAN¹

Nos dias 19 e 20 de maio de 2022, no Instituto Universitário Militar (IUM), em Lisboa, decorreu a conferência internacional Estratégia de Segurança e Defesa do Atlântico Norte (NASDS), que contou com a participação de académicos de 15 países: Portugal, Espanha, Itália, Índia, Estados Unidos da América, Roménia, Polónia, Islândia, Noruega, Dinamarca, Gronelândia, Ucrânia, Estónia, Hungria e Brasil.

A conferência está inserida num vasto projeto de investigação que visa investigar as questões relacionadas com a segurança e defesa do espaço marítimo e das rotas marítimas desde o Oceano Ártico até ao Atlântico Norte, incluindo o controlo das áreas de busca e salvamento.

Do primeiro dia é importante enfatizar, segundo Marzena Zakowska, Doutorada em Ciências da Segurança, que para analisar a militarização do Ártico é necessário ter em consideração: os interesses dos Estados do Ártico e da China na região, nomeadamente a construção da "Polar Silk Road" (Rota Polar da Seda); medidas e formas de atividades militares que permitam potenciais operações - defensivas ou ofensivas; tensões entre os Estados do Ártico, bem como as suas relações com a China e estabelecimento de canais de comunicação para o diálogo.

Os cientistas políticos, Holger Mölder e Eric Shiraev, refletem sobre a Guerra Mundial do Conhecimento (*Global Knowledge Warfare - GWK*) que se baseia nos seus pressupostos e exemplos testáveis, resultando na percepção de que os métodos-chave da *GWK* relacionados com o Norte da Europa e o Ártico envolverão provavelmente (1) a construção de novos mitos históricos relacionados com a "justiça histórica"; (2) o renascimento de antigas narrativas históricas e nacionalistas; (3) a fabricação deliberada e sistémica de notícias em que as percepções racionais são dificilmente distinguíveis das falsas e em que os factos óbvios são contestados; (4) o exagero de problemas entre os aliados ocidentais, os seus governos e peritos. O impacto sentido nos principais atores internacionais devido à *GWK* relacionada com o Ártico está a aumentar, resultando de uma crescente competição



económica e militar pelos recursos e vantagens geopolíticas na região.

Para completar o primeiro dia, o Professor Arunoday Bajpai salientou a parceria estratégica cada vez mais estreita entre a China e a Rússia durante a última década, mais especificamente depois de a Rússia ter sido sujeita a sanções provenientes do ocidente em 2014. A sua parceria abrange múltiplas questões, incluindo a cooperação na exploração dos recursos do Ártico e o desenvolvimento da Rota Polar da Seda. A cooperação nesta área é apenas um exemplo de quão abrangente é esta parceria. A cooperação constitui também um assunto interessante a analisar relativamente ao comportamento destes dois países, com o objetivo de compreender, não só quais são as motivações por detrás da sua parceria Ártica, mas também qual é o futuro desta mesma parceria.

Serhii Sehedra, o Chefe do Centro de Investigação de História Militar da Universidade Nacional de Defesa na Ucrânia em Kiev, marcou o último dia desta conferência internacional discorrendo sobre o compromisso adjacente ao progresso de conquista de novas terras pela Federação Russa, uma vez que existe uma dependência russa de apoio técnico de países desenvolvidos. Esta situação verifica-se ao analisar as conquistas passadas da Rússia, desde a segunda metade do século XVI, à colonização do Norte no século XVIII, até à expansão soviética durante o século XX e finalmente até agora, no que diz respeito à exploração mineira no Ártico para a qual são necessárias novas tecnologias. A principal preocupação é que a cooperação entre Estados não deve constituir um entrave.

Concluindo, as propostas desta iniciativa contêm um elevado nível de inovação capaz de alargar o debate sobre os temas da conferência, numa abordagem holística e interdisciplinar, que inclui quadros teóricos e métodos de investigação de várias ciências, por exemplo: história, ciência política, sociologia, direito, economia, ciências militares e de segurança.

Lisboa, 22 de maio de 2022

¹ <https://www.ium.pt/?p=8793>

NORTH ATLANTIC SECURITY AND DEFENSE STRATEGY (NASDS)

On May 19th and 20th of 2022, at the Military University Institute (IUM) in Lisbon, took place the international conference *North Atlantic Security and Defense Strategy (NASDS)*, attended by academics from 15 countries: Portugal, Spain, Italy, India, United States, Romania, Poland, Iceland, Norway, Denmark, Greenland, Ukraine, Estonia, Hungary and Brazil.

The conference is part of a larger research project that aims to investigate the issues related to the security and defense of maritime space and sea routes from the Arctic Ocean to the North Atlantic, including the control of search and rescue areas.

After the first day, it's important to emphasize, according to Marzena Zakowska Ph.D. in Security Sciences, that to analyze the militarization of the Arctic we need to take into consideration the following: the interests of the



Arctic States and China in this region, the construction of the "Polar Silk Road" as well as measures and forms of military activities enabling potential operations – defensive or offensive; the tensions between the Arctic states, their relations with China, and lastly communication channels for dialogue.

The political scientists, Holger Mölder and Eric Shiraev, reflect on the Global Knowledge Warfare (GKW) that is based on their testable assumptions and examples provided resulting in the understanding that the key methods of GKW related to Northern Europe and the Arctic will likely involve: (1) the construction of new historical myths related to "historical justice"; (2) the

revival of old historical and nationalistic narratives; (3) deliberate and systemic fabrication of news in where rational perceptions are hardly distinguishable from fakes and where obvious facts are disputed; (4) exaggeration of problems among Western allies, their governments, and experts. The impact of GKW related to the Arctic on major international actors is growing due to an increasing economic and military competition for resources and geopolitical advantages in the region.

To complete the first day Professor Arunoday Bajpai highlighted the increasingly closer strategic partnership between China and Russia over the last decade more specifically after Russia was subjected to Western sanctions in 2014. Their partnership covers a range of issues, including cooperation in the exploitation of Arctic resources and developing the Polar Silk Road. Cooperation in this area is just one example of how comprehensive their partnership is. This constitutes an interesting subject to analyze concerning these two countries' behavior aiming to understand not only what the drivers of their Arctic partnership are but also what is the future of this partnership.

Serhii Sehedra the Chief of the Research Center for the Military History from the National Defense University of Ukraine in Kyiv took the floor on the last day of this international conference to discourse about the compromise adjacent to the progress of the Russian Federation's conquest of new lands since there is a dependence on the technical support of developed countries. This situation is illustrated when analyzing Russia's past conquests, from the second half of the 16th century, the colonization of the North in the 18th century, to the soviet expansion during the 20th century and until now, regarding mining in the Arctic for which new technologies are required. The main preoccupation is that the cooperation between States should not become a slipknot.

Overall, the proposals of this initiative contain a high level of novelty able to broaden the debate on the topics of the conference, in a holistic, interdisciplinary approach, that includes theoretical frameworks and research methods from various sciences, e.g.: history, political science, sociology, law, economy, military and security science.

Lisbon, May 22th 2022

A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO MUNDO GLOBAL. A AGENDA BRASILEIRA DE DEFESA

Introdução

A partir da independência do Brasil, em 1822, inicia-se o primeiro ciclo geopolítico do Brasil, que termina em 1980. Neste primeiro ciclo, o importante a partir do século XIX, foi a consolidação das fronteiras terrestres e no início do século seguinte a plena ocupação da Amazônia. O segundo ciclo iniciou-se, em 1980, quando alguns geopolíticos brasileiros voltaram os olhares para os oceanos e os mares em especial a professora Theresinha de Castro que dirigiu os seus estudos para as questões antárticas para o Atlântico Sul e o estabelecimento das fronteiras marítimas brasileiras.

Segundo o professor Geoffrey Till do King's College de Londres, para que um Estado possa proteger as suas águas de interesse quatro requisitos devem ser atendidos: controlar os recursos nele existentes - os vivos e os não vivos; proteger as linhas de comunicação e os meios de transporte e comércio; reconhecer a importância deste espaço como meio de troca de informações e cooperação; e ter a capacidade de dominar esse mar.

Segundo o Capitão de Mar e Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida, da Escola de Guerra Naval do Brasil *"...se o Estado conseguir proteger esses quatro vetores terá a capacidade de ser um poder marítimo de relevância"*.

No que concerne à configuração geopolítica, o Brasil está cercado estrategicamente por ilhas Inglesas. Esta posição do Brasil deixa-o extremamente vulnerável em conflitos regionais ou globais ou mesmo em casos de crises político-estratégicas de menores dimensões. Assim sendo, o planeamento da Defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e económico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul, que são duas áreas prioritárias de defesa do Brasil neste momento.

Neste sentido o país deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das suas águas jurisdicionais, do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas

de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul.

O papel do Brasil na CPLP

Para se falar do papel do Brasil na cooperação de Defesa na CPLP, é essencial ter em consideração como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi constituída. A CPLP é uma organização multilateral recente que nasceu dentro de um concerto político, diplomático e histórico, entre os países conectados



pela língua portuguesa, sendo o fator histórico um elemento natural, justificador, legitimador da proximidade entre os Estados-Membros da CPLP.

Naturalmente, Portugal e Brasil tiveram um papel muito importante na conjugação de esforços diplomáticos e políticos para a constituição da CPLP, que ocorrera em 1996, a partir da reaproximação do Brasil com Portugal, que ocorreu no final dos anos 1980 e metade dos anos 1990. A CPLP nasceu como uma instituição cujos objetivos principais são muito amplos, porém muito claros, nomeadamente a concertação política e diplomática entre os Estados-Membros, a cooperação como um papel propulsor da instituição e a promoção e defesa da língua comum.

Para o Brasil, a CPLP em relação aos PALOP serve como uma espécie de atrativo, porque o Brasil acaba por ter com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) uma relação com teor horizontal, uma vez que os PALOP vêm no Brasil um país cujo a origem é muito semelhante ao deles. Assim sendo essa relação Brasil-PALOP facilitou a criação da CPLP, e de acordo com a

professora Kamilla Rizzi “...tem feito avançar alguns aspetos dentro da CPLP e transformou as relações bilaterais para o carácter multilateral a partir da criação da CPLP...”.

A primeira reunião dos Ministros da Defesa, em 1998, é um passo muito importante neste processo de cooperação. É importante referir que o Brasil não participou neste primeiro momento, ficando três anos como observador. A cooperação em Defesa na CPLP avançou gradualmente em paralelo à institucionalização do Ministério da Defesa brasileiro, em 1999. Posteriormente o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 2005, oficializou a cooperação do Brasil com a CPLP, pois define, conforme refere a professora Kamilla Rizzi “... uma intensificação da cooperação com a CPLP...”.

Potencialidades/ Características

O aspeto mais claro é a formação, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, civis e militares. Existe o aumento das pesquisas académicas aplicadas; intercâmbio entre instituições, docentes, alunos e investigadores; há o aumento de pós-graduação na área. A formação de recursos humanos consoante a professora Kamilla Rizzi “faz com que a sociedade se conheça mais, elas se aproximam e elas conseguem cooperar de maneira mais efetiva...”.

Outros aspetos importantes são o foco na aproximação intra-CPLP e projeção regional e o diálogo com outras organizações Internacionais; a manutenção da parceria Brasil-Portugal na condução de ações e proposições; a prevenção de conflitos; as ações por demanda, ou seja, um conhecimento mútuo dos Estados-Membros e das sociedades civis; a continuidade de exercícios conjuntos: em busca da interoperabilidade, mesmo com as dificuldades e por fim o fortalecimento da base industrial de Defesa.

Neste contexto, o Brasil tem procurado correlacionar as iniciativas da CPLP com as intenções originais das ZOPACAS, de manter o Atlântico Sul como área livre de armas nucleares, baseado a cooperação regional no desenvolvimento, como são o caso o Plano de Luanda de 2007 e a Declaração de Montevideu em 2013.

Os desafios da cooperação em defesa na CPLP são muitos, segundo a Professora Kamilla Rizzi. Para começar, os Estados-Membros carecem de incremento de meios, tecnologias, formação e infraestrutura na área de Defesa. Para além disso, é necessário manter-se um nível mínimo de compromisso orçamental em ações, em todas as áreas de cooperação, o que é um grande problema visto que exige maior dedicação por parte de Portugal e do Brasil, que são Estados membros com um grau de desenvolvimento maior que os restantes Estados-Membros.

É indispensável procurar um maior incremento das bases industriais de Defesa, favorecendo o desenvolvimento interno; uma maior partilha de informações e sistemas, que devem avançar a nível do concreto; e é primordial ultrapassar a dificuldade em mapear ações e resultados.

A posição do Brasil na geopolítica de segurança no atlântico sul

O espaço marítimo revela-se um elemento determinante das Relações Internacionais, e é neste âmbito que se pode observar um crescimento significativo, no campo académico das Relações Internacionais do interesse na segurança marítima, que assumindo um carácter multidimensional, na

tentativa de fazer face às práticas ilícitas, tais como o contrabando e a pirataria. No contexto da Guerra-Fria surge a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Este espaço foi pensado com um promotor das iniciativas de cooperação entre o Brasil e África, e sobretudo, com a intenção de recrutar a Argentina e o Uruguai para este cenário de



atuação diplomática.

No Atlântico Sul os “...problemas no mar refletem também problemas em terra...”, como é caso do tráfico de drogas referido pelo professor Danilo Neto Marcondes. Para que tal não aconteça é necessário haver um investimento na estabilidade e nas oportunidades económicas. Segundo o professor para solucionar os problemas que surgem no espaço do Atlântico Sul, é necessário haver uma maior articulação entre os principais Estados da região: a África do Sul,

Angola, Argentina, Brasil e a Nigéria. É também necessário que seja feito um fortalecimento das instituições regionais que operam na região do Golfo da Guiné.

No Brasil existe uma maior atenção à questão da cooperação de defesa Sul-Sul. O orador Danilo Neto Marcondes vê o campo da defesa como algo onde "...é possível observar uma continuidade interessante...". O mesmo chama a atenção que independentemente do governante, estas foram iniciativas que foram mantidas ao longo do tempo. Esta situação pode ser explicada pelo custo das iniciativas, que corresponde a um valor baixíssimo ou até porque é uma iniciativa de tremenda importância para os países envolvidos. É também necessário haver um investimento em iniciativas como na Polícia Federal e no Gabinete de Segurança Institucional, como forma de combater a criminalidade organizada.

A Política de defesa do Brasil: os sentidos da autonomia, da cooperação e dissuasão

Quando se aborda o tema da Política de Defesa do Brasil é importante ter em conta os conceitos de autonomia, cooperação e de dissuasão.



Ao longo dos anos os documentos estratégicos da defesa brasileiros, foram sofrendo oscilações, sobretudo, no entendimento dos seus conceitos-chaves. O conceito de autonomia na defesa, vai variando entre uma autonomia feita através da sua integração em grupos internacionais maiores (Ex. Liga das Nações, ONU, Haia, entre outros) e das suas parcerias com grandes potências mundiais, que assim permitiriam uma maior autonomia, devido à transferência de armamento e facilidade de entrada em mercados internacionais.

O Brasil continua a ter uma capacidade de Defesa limitada, devido à falta de meios tecnológicos. Neste sentido é necessário que o Brasil desenvolva

capacidades de produzir novas tecnologias militares, criando programas de forma a incentivar o desenvolvimento de armamento, como o Programa Astro 2020.

Este programa desenvolve o míssil tático de cruzeiro, estando o Brasil entre os oito países do mundo que produzem as baterias deste armamento. Relativamente à Cooperação, existem dois modelos, um modelo de aquisição de experiência e alta intensidade de recursos através de parcerias com grandes potências internacionais; e um modelo de diplomacia de defesa e baixa intensidade de recursos, isto é, uma troca de conhecimentos táticos entre diversos países. O que dificulta a dissuasão convencional no Brasil é a falta de capacidade de comunicar e gerenciar as decisões, bem como a dificuldade de interligar a cooperação com a dissuasão dos conflitos.

O professor Eduardo Swartman sugere formas de melhorar a política de defesa e o Ministério da Defesa, através de soluções como: a diversificação de pessoas envolvidas nas políticas, isto é a inclusão de não militares; a adoção de modelos de consenso estratégico que estabeleça prazos, prioridades, metas e recursos; a conversão do Ministério da Defesa num departamento mais forte através da criação de centros de desenvolvimento que permitam a criação de princípios fundamentais.

Lisboa, 9 de Abril de 2022.

THE GEOPOLITICS OF BRAZIL IN THE GLOBAL WORLD. THE BRAZILIAN DEFENSE AGENDA

Introduction

From the Independence of Brazil, in 1822, begins the first geopolitical cycle of Brazil, which ends around 1980. In this first cycle the important thing, starting in the 19th century, was the consolidation of the land borders and at the beginning of the following century the full occupation of the Amazon. The second cycle started, around 1980, when some Brazilian geopoliticians turned their eyes to the oceans and seas, especially Professor Theresinha de Castro who directed her studies to Antarctic issues, the South Atlantic, and the establishment of Brazilian maritime boundaries.

According to Professor Geoffrey Till of King's College London, for a state to protect its waters of interest, four requirements must be met: control the resources in it - the living and the non-living; protect the lines of communication and the means of transport and trade; recognize the importance of this space as a means of information exchange and cooperation; and have the ability to dominate that sea. According to Sea and War Captain Francisco Eduardo Alves de Almeida of the Naval War College "...if the state can protect these four vectors and will have the capacity to be a relevant maritime power."



Regarding the geopolitical configuration, Brazil is strategically surrounded by British islands. This position of Brazil leaves it extremely vulnerable in regional or global conflicts or even in cases of smaller political-strategic crises. Therefore, defense planning should include all regions and in particular the vital

areas where the greatest concentration of political and economic power is found. Likewise, the Amazon and the South Atlantic, which are two priority areas for Brazil's defense at this time, must be prioritized.

In this sense, the country must have means with the capacity to exercise surveillance, control and defense: of its jurisdictional waters, its territory, and of its airspace, including the continental and maritime areas. It must also maintain the security of maritime communications lines and air navigation lines, especially in the South Atlantic.

The role of Brazil in the CPLP

To discuss Brazil's role in defense cooperation in the CPLP, it is essential to take into account how the Community of Portuguese Speaking Countries was constituted. It is a recent multilateral organization that was born within a political, diplomatic, and historical concert between countries connected by the Portuguese language, and the historical factor is a natural, justifying, legitimizing element of proximity between the Member States of the Community.

Naturally, Portugal and Brazil had a very important role in joining diplomatic and political efforts for the constitution of the CPLP, which occurred in 1996, from the rapprochement of Brazil and Portugal, which took place in the late 1980s and mid-1990s. The CPLP was born as an institution whose main objectives are very broad, but very clear, namely political and diplomatic concertation among the member states, cooperation as a driving role of the institution, and the promotion and defense of the common language.

For Brazil, the CPLP concerning the PALOP countries serves as a kind of attraction, because Brazil ends up having a horizontal relationship with the Portuguese-speaking African countries, since the PALOP countries see Brazil as country whose origin is very similar to theirs. Thus, this Brazil-PALOP relationship facilitated the creation of the CPLP, and according to Professor Kamilla Rizzi "...has advanced some aspects within the CPLP and transformed bilateral relations to the multilateral character from the creation of the CPLP..."

The first meeting of sectoral defense ministers in 1998 is a very important step in this cooperation process. It

is important to mention that Brazil did not participate in this first moment, staying three years as an observer. Defense cooperation in the CPLP advanced gradually in parallel with the institutionalization of the Brazilian Ministry of Defense, in 1999. Subsequently, the National Development Plan (PND) of 2005 made Brazil's cooperation with the CPLP official, as it defines, according to Professor Kamilla Rizzi "... intensification of cooperation with the CPLP...".

The clearest aspect is the training, improvement, and specialization of human resources, both civilian and military. There is an increase in applied academic research; an exchange between institutions, teachers, students, and researchers; there is an increase in post-graduate studies in the area. The Human Resources training according to Professor Kamilla Rizzi "makes society get to know each other more, they get closer, and they are able to cooperate more effectively".

Other important aspects are the focus on intra-CPLP approximation and regional projection and the dialogue with other international organizations; the maintenance of the Brazil-Portugal partnership in conducting actions and propositions; conflict prevention; actions by demand, i.e., mutual knowledge of the member states and civil societies; the continuity of joint exercises: in search of interoperability, even with the difficulties, and finally the strengthening of the defense industrial base.

In this context, Brazil has sought to correlate the CPLP initiatives with the original intentions of the ZOPACAS, to maintain the South Atlantic as a nuclear weapons-free area, based on regional cooperation on development, as is the case of the Luanda Plan of 2007 and the Montevideo Declaration in 2013.

The challenges of defense cooperation in the CPLP are many, according to Professor Kamilla Rizzi. To begin with, Member States need to increase means, technologies, training, and infrastructure in the area of Defense. In addition, it is necessary to maintain a minimum level of budgetary commitment in actions, in all areas of cooperation, which is a big problem since it requires greater dedication from Portugal and Brazil, which are member states with a higher degree of

development than the other member states. It is essential to seek a greater increase in the Defense industrial bases, favoring internal development; a greater sharing of information and systems, which must advance at the concrete level; and it is paramount to overcome the difficulty in mapping actions and results.

Brazil's position in the geopolitics of security in the South Atlantic

The maritime space reveals itself as a determinant element of International Relations, and it is in this context that one can observe a significant growth, in the academic field of International Relations, of interest in maritime security, which assumes a multidimensional character, in an attempt to face illicit practices, such as smuggling and piracy. In the context of the Cold War, the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS) arose. This space was conceived as a promoter of cooperation initiatives between Brazil and Africa, and above all, with the intention of recruiting Argentina and Uruguay to this scenario of diplomatic action.

In the South Atlantic, the "...problems at sea also reflect problems on land...", as is the case of drug trafficking mentioned by Professor Danilo Neto. For this not to happen there needs to be an investment in stability and economic opportunities. According to the professor, in order to solve the problems that arise in the South Atlantic space, it is necessary to have a greater articulation among the main states of the region: South Africa, Angola, Argentina, Brazil, and Nigeria. It is also necessary to strengthen the regional institutions that operate in the Gulf of Guinea region.

In Brazil, greater attention is directed to the issue of South-South defense cooperation. Speaker Danilo Neto sees the defense field as something where "...it is possible to observe an interesting continuity...". He points out that regardless of the ruler, these were initiatives that were maintained over time. This can be explained by the cost of the initiatives, which is very low, or even because it is an initiative of tremendous importance for the countries involved. There also needs to be an investment in initiatives such as the



Federal Police and the Office of Institutional Security, as a way to fight organized crime.



Brazil's defense policy: The meanings of autonomy, cooperation, and dissuasion

When addressing the subject of Brazil's Defense Policy it is important to take into account the concepts of autonomy, cooperation, and dissuasion. Over the years, Brazilian strategic defense documents have undergone oscillations, especially in understanding their key concepts. The concept of autonomy in defense has varied between autonomy through its integration in larger international groups (e.g. League of Nations, UN, The Hague, among others) and its partnerships with great world powers, which would allow for greater autonomy due to the transfer of weaponry and ease of entry into international markets.

Due to the lack of technological means, Brazil still has a limited defense capacity. In this sense Brazil must develop capabilities to produce new military technologies, creating programs to encourage the development of weaponry, such as the "Astro 2020" Program.

This program develops the tactical cruise missile, and Brazil is among the eight countries in the world that produce the batteries for this weaponry. Regarding Cooperation, there are two models, a model of acquiring experience and high intensity of resources through partnerships with great international powers; and a model of defense diplomacy and low intensity of resources, that is, an exchange of tactical knowledge among several countries. What hinders conventional deterrence in Brazil is the lack of capacity to

communicate and manage decisions and the difficulty to combine cooperation with conflict deterrence.

Professor Eduardo Swartman suggests ways to improve defense policy and the Ministry of Defense, through solutions such as: the diversification of people involved in policy, i.e. the inclusion of non-military personnel; the adoption of strategic consensus models that establish deadlines, priorities, goals, and resources; the conversion of the Ministry of Defense into a stronger department through the creation of development centers that allow the creation of fundamental principles.

Lisbon, April 9th 2022

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

CONFERÊNCIA

16 março
14H30
Hora Lisboa

**A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO MUNDO GLOBAL
A AGENDA BRASILEIRA DE DEFESA**

PROGRAMA

14.30 horas CERIMÓNIA DE ABERTURA
Comandante do Instituto Universitário Militar
A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO MUNDO GLOBAL
Francisco Eduardo Alves de Almeida

15.45 horas A COOPERAÇÃO DE DEFESA NA CPLP. O PAPEL DO BRASIL
Kamilla Raquel Rizzi
A POSIÇÃO DO BRASIL NA GEOPOLÍTICA DE SEGURANÇA NO ATLÂNTICO SUL
Danilo Marcondes de Souza Neto
A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL: OS SENTIDOS DA AUTONOMIA, DA COOPERAÇÃO E DA DISSUAÇÃO
Eduardo Munhoz Swartman
MODERADOR:
Luis Manuel Brás Bernardino

17.30 horas CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO
Embaixador da República Federativa do Brasil em Portugal (TBC)

<https://youtu.be/5vZQCyrk-Xw>

zoom
ID: 846 8872 4311

ORGANIZAÇÃO:

A SEGURANÇA GLOBAL. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ÁFRICA

Africa Sessions²

Introdução

O fenómeno da crescente globalização e o seu impacto direto na economia, finanças, no desenvolvimento e na segurança, molda a sociedade em que vivemos. A esta nova realidade está associado um contexto geopolítico desafiante em que as Organizações e os Estados desempenham um papel fundamental no que diz respeito à criação de condições de segurança no sentido de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que a segurança global passa a ter importância máxima nas agendas internacionais.

Decorrente da importância da segurança global aquelas que são as atividades e iniciativas estratégicas desempenhadas pelas Organizações e pelos Estados passam a decorrer através de um processo dinâmico e interdependente. Deste modo, a colaboração estratégica entre a cooperação bi e multilateral, envolvendo atores estatais e não estatais passa a ser mais relevante no mundo global e principalmente no continente africano, onde a relação e o equilíbrio entre desenvolvimento e segurança são fundamentais para as sociedades e também para o resto das comunidades contemporâneas mundiais.

Principais ameaças que afetam as empresas e os Estados em África

São múltiplas as situações consideradas como ameaças que afetam as empresas e os Estados em África e que, consequentemente, têm impacto na sociedade. Ana Carina Franco centrou a sua intervenção nas *“...questões de paz e segurança ao nível das parcerias de África com a União Europeia, Estados Membros da União Europeia, EUA e outros parceiros menos tradicionais assim como a Rússia, que têm apoiado Estados africanos na segurança e defesa dos seus territórios.”* Acontece que existe um impasse nas parcerias e ações destes atores externos em África. Isto resulta, em grande medida, de uma *“vontade e necessidade de alguns estados africanos em diversificar parceiros externos, e saída (reposicionamento) de outros mais tradicionais, ex. França e, até certo ponto, a União Europeia.”* Tendo em

conta o panorama geopolítico global da segurança, entre os vários riscos que existem, Luca Bussotti identifica que o *“risco “total” e complexo é o da guerra e dos conflitos”* mais concretamente o terrorismo, uma vez que atividades ligadas a este representam aquelas com maiores fatalidades em países africanos no período de 2020- 2021. Com isto, Luca Bussotti afirma que *“...terrorismo representa uma das ameaças mais sérias para o continente africano hoje...”* presente em diversas regiões de África, entre as quais a Nigéria e Moçambique.

Simultaneamente o ressurgimento de diversos golpes de Estado faz com que estes constituam uma das mais comuns modalidades para mudanças políticas em África, representando assim a outra face do terrorismo. Como base do terrorismo temos a configuração do Estado africano considerado por Luca Bussotti como autoritário, mas também *“fraco”* no que diz respeito ao controlo de um dos três elementos do Estado, o território. Este modelo definido como autoritário, mas fraco, é de interessante análise, uma vez que dele decorrem revoltas populares como por exemplo a Primavera Árabe e mais recentemente o terrorismo aberto em Moçambique.



Estas situações devem-se precisamente às características do Estado, ao modelo não inclusivo que limita atividades de atores sociais e políticos e que resulta em eleições fraudulentas. A realidade neste modelo é a existência de, segundo o investigador, uma *submissão dos serviços de inteligência “...a prioridades políticas que visam tutelar mais a figura do líder carismático do que a segurança do Estado...”*.

Na mesma linha de pensamento, Miguel Ajú considera que a falta de segurança e Estado de Direito, bem como a ameaça do terrorismo, representam as principais ameaças às empresas e Estados em África. No entanto,

² <https://africasessions.com/wp-content/uploads/2022/04/Africa-Sessions-17-Resume.pdf>

não é possível descartar as alterações climáticas como uma das principais ameaças que África enfrenta hoje. Basta olharmos para o que está a acontecer na região do Corno de África que inclui países como Somália, Etiópia e Quênia que estão, segundo as Nações Unidas, numa situação alarmante devido ao impacto da seca que agrava o risco crescente de deslocados internos (IDPs), fome e desnutrição, incluindo mortes.

Porém, esta não é uma situação recente, afinal, os atuais problemas de seca já eram visíveis, desde a necessidade de assistência humanitária na Somália, até a seca prolongada na Etiópia e no Quênia, situações que não são isoladas e que vêm fomentando conflitos civis. Para além do referido, a existência de ameaças internas e externas, o crescimento demográfico descontrolado, o desemprego juvenil e as divisões étnicas estão, segundo Miguel Ajú, “...a minar a capacidade dos Estados e das Empresas de desempenharem suas tarefas, levando, em última análise, a instâncias de colapso social...”. Ramos da Cruz retoma a ideia de que as principais ameaças decorrem dos três elementos do Estado (território, soberania, população), mais precisamente da falta de controlo do território.

Refere ainda problemas como a fome constatando que o objetivo da “fome zero” estipulado em 2014, pouco ou nada realizado; refere também a elevada dívida externa e a conseqüente e insustentável dependência de outros Estados (ex: China); a pirataria que põe em causa a segurança económica energética, sendo este setor muito estratégico para os Estados nacionais.

Outra das ameaças que afeta os africanos e África é a corrupção, mais concretamente a questão das riquezas delapidadas por grupos privilegiados colocando em causa o bem comum das populações, e por último, consequência do anterior, o mercado de emprego insuficiente que se deve, em grande parte aos grandes movimentos migratórios que levam os jovens emigrar

e a procurar melhores condições de vida, resultando num detrimento e fuga de mão de obra qualificada.

Desafios e oportunidades para as empresas e para os Estados em África

Neste paradigma inovador de segurança global, para fazer face aos atuais riscos e ameaças securitárias emergentes, importa analisar e debater a correlação entre os principais desafios e oportunidades que se colocam aos Africanos e a África. Parcerias com atores não continentais no âmbito do desenvolvimento de uma diplomacia energética, que até agora ausente, constituem simultaneamente uma oportunidade e um desafio deste continente.

Por concentrar em si muita diversidade e muita riqueza tem certamente um papel a desempenhar na variação de fontes energéticas. Ana Carina Franco referiu a



oportunidade clara para finalmente se potenciar a diplomacia energética e incremento de relações comerciais em alguns sectores, como o fornecimento de cereais, minerais e outros produtos. As energias renováveis, como por exemplo a solar, também têm um potencial claro no desenvolvimento desta diplomacia energética e estratégica, que poderá combater a ainda forte exploração e fornecimento de gás natural de países como Moçambique ou Argélia. Miguel Ajú ressalva a necessidade de uma “*exploração ordenada, criteriosa e desimpedida dos recursos naturais, respeitadora do meio ambiente, acessível a todos os atores legítimos e benéfica para os cidadãos nacionais e estrangeiros, para que ninguém se sinta excluído*”.

Os desafios a nível económico são consequência, em parte, da segurança global e de um certo capitalismo interno fraco e parasitário; posto isto o continente africano não é imune ao aumento da inflação global, que vai levar a alterações significativas nos mercados e políticas monetário-financeiras.

Para tal é oportuno melhorar os acordos comerciais entre entidades públicas e privadas estrangeiras, veja-se o caso da UE que usou a cimeira UE- África (em fevereiro 2022) para lançar a iniciativa Global Gateway e rivalizar com a iniciativa Belt and Road da China (300 bilhões EUR a nível mundial).





Noutra perspetiva económica proposta por Luca Bussotti, o acesso ao crédito é um dos maiores desafios, pois 70% dos pedidos de créditos apresentados junto de bancos africanos nem é considerado. Isto é determinado pelo fato de os bancos locais continuarem com a lógica ocidental de querer garantias patrimoniais sólidas, que a maioria dos africanos não possui. E tal postura representa um obstáculo enorme para que o setor informal (que constitui a larga maioria da economia africana) ou os pequenos empreendedores possam desenvolver os seus negócios.

O crescimento constante da população africana (questões demográficas) é uma oportunidade, pois o mercado potencial de consumidores vai-se alargando, tornando mais atrativo o investimento, interno assim como externo; entretanto, se as condições socioeconómicas não melhorarem, o incremento demográfico representará um enésimo desafio a que será difícil responder.

Decorrente dos desafios económicos, o desenvolvimento industrial mostra-se necessário, na medida em que a industrialização, inclusive de setores quais o turismo, as tecnologias, as comunicações, representa um elemento central para substituir as importações de que ainda a maioria dos países africanos depende. E dessa forma investir na formação humana e tecnológica. A nível das parcerias no sector da segurança (e/ou do nexos segurança-desenvolvimento), Ana Carina Franco relembra a existência do grupo militar Wagner.

Este está muito presente na República Centro Africana, maioritariamente nas zonas de extração mineira, e com fortes ligações ao governo russo. Existe por inerência uma fácil influência russa nas políticas e estratégia deste país em concreto, dificultando a

perceção dos principais interlocutores e atores políticos. Isto é visível depois nas relações entre parceiros europeus, africanos e americanos. Por exemplo, a UE vê as suas missões postas em causa, por exemplo a missões de formação militar da União Europeia na República Centro-Africana e no Mali, EUTM RCA e EUTM Mali.

Principais contributos futuros de África para a segurança global

África enquanto potência continental una e indivisível, pode contribuir significativamente para a segurança e defesa global. Os contributos incidem sobre diversas áreas e sobre diversos atores políticos – Estados e Empresas -, o que revela a importância, galopante, deste continente no cenário internacional. Jeffrey Sachs, professor e economista americano da Columbia University, refere que “...a importância do continente africano para a segurança global aumentou dramaticamente nas últimas duas décadas...”.

Luca Bussotti defende que “...a maior contribuição de África para a estabilidade internacional e a paz seria, em primeiro lugar, uma estabilidade maior dos próprios Estados do continente...”. Isto não significa, como muitas vezes a literatura e os autores económicos sobretudo ocidentais entendem, “cristalizar” a situação política. Anestesiar o debate e negar, de facto, a possibilidade de um jogo democrático interno representa a forma melhor para desestabilizar o continente africano.

O que a África precisa são governos e culturas institucionalmente estáveis, com uma continuidade institucional que vai além da primazia do partido no poder. A nível político-militar, as opiniões são unânimes, consolidar a segurança regional com a participação dos Estados Africanos em organismos multilaterais, nomeadamente o envio de mais tropas africanas em missões de apoio à paz, constitui uma forte e importante contribuição.

A ótica seria continuar a desempenhar um papel como ator ou agência credível capaz de contribuir para elaboração e afirmação de normas e políticas internacionais de paz e segurança, mais concretamente através da ONU uma vez que assembleia é composta por cerca de 27% por Estados Africanos, reforçando o multilateralismo. Em terceiro lugar o que África poderá oferecer ao mundo prende-se com o papel e desempenho da União Africana, partindo do princípio que esta organização não funciona na sua plenitude.

A ação da União Africana, enquanto projeto regional/continental, tem-se mostrado, politicamente e militarmente, muito aquém do esperado. É apontado uma ineficácia desta organização que em parte resulta de uma dependência externa – da União Europeia. No pensamento de Miguel Ajú “*espera-se que os Estados Africanos continuem também com a consolidação das estruturas estatais e alcancem a sua autonomia*”. Que combatida pela ênfase da paz mundial deixaria “a União Africana vingar”.

Para além dos demais, um contributo, pouco consensual e pouco discutido, que os Estados Africanos podem dar à comunidade internacional, prende-se com o facto de trabalhar na segurança alimentar, ou seja, privilegiar e desenvolver o setor primário enquanto campo da atividade económica referente à produção de matérias-primas, muito importantes para manutenção da vida humana e que podem vir a constituir um problema de segurança à escala mundial.

O objetivo principal passaria por aproveitar os solos férteis do continente e especializar as comunidades e empresas nacionais nas culturas, as endógenas como as exógenas. Capacitar as populações e as empresas, através de políticas públicas concertadas, fomentaria o agronegócio e conseqüentemente toda a cadeia de valor que daí resultaria. O contributo mundial focar-se-ia assim em alterar o ciclo de uma simples produção e exportação de produtos, substituindo-o por um ciclo completo de produção, transformação e venda dos produtos agrícolas.

Conclusão

Após a análise e o debate relativamente aos principais desafios e oportunidades que se colocam aos africanos e a África para o século XXI, pode-se concluir que a aposta central passaria pelo multilateralismo, mais concretamente no combate às contradições e competições económicas assentes numa lógica de insurgência e de não coordenação nos conflitos e na ação externa, e mais na cooperação entre Estados africanos, com partilha de aprendizagens entre regiões.

As opiniões são unânimes, para que a segurança global se efetive através de África, essa efetivação dividir-se-ia em dois grandes objetivos e contributos bastante relacionados: um primeiro, que se pauta por uma remodelação junto da organização das Nações Unidas face à nova mundividência que surge e o novo paradigma que a fundamenta; e um segundo, que

culminaria no reforço do papel da União Africana, enquanto organismo político responsável, que carece de união interna e que a leva a não funcionar plenamente em matérias de segurança, defesa e paz.

O tema aqui expresso suscita ainda muito debate na



sociedade académica e política, tanto pela sua

polivalência como pela sua extrema importância. A multi variedade dos atores africanos permanecerá para sempre sobre um estudo intensivo, principalmente sobre a alçada da defesa e segurança.

Lisboa, 30 de Março de 2022

THE GLOBAL SECURITY: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR AFRICA

Introduction

The increasing globalization phenomenon and its direct impact on the economy, finance, development, and security shapes the society in which we live. This new reality is associated with a challenging geopolitical context in which organizations and states play a key role in creating security conditions to contribute to society's development, since global security is now of the utmost importance on international agendas.

As a result of the importance of global security, the strategic activities and initiatives carried out by organizations and states become dynamic and interdependent.

Therefore, strategic collaboration between bi and multilateral cooperation involving state and non-state actors becomes more relevant worldwide, especially in the African continent, where the relationship and balance between development and security is fundamental for societies and the rest of the world's contemporary communities.

Main threats affecting businesses and states in Africa.

There are multiple situations considered threats to companies and states in Africa that, consequently, impact society.



Dr. Ana Carina Franco focused her intervention on "...*peace and security issues at the level of Africa's partnerships with the European Union, European Union Member States, USA and other less traditional partners such as Russia, which have supported African states in aspects of security and defense of their territories...*". As it turns out, there is a stalemate in the partnerships and

actions of these external actors in Africa. This largely results from a *"willingness and need of some African states to diversify external partners, and the withdrawal (repositioning) of other more traditional ones, e.g. France and to some extent the EU."*

Given the global geopolitical security context, amongst the various risks that exist Professor Luca Bussotti identifies that the "total" and complex risk is the one of war and conflict" more specifically terrorism, since activities linked to it represent those with the highest fatalities in African countries in the 2020-2021 period. For that reason, Luca Bussotti states that "terrorism represents one of the most serious threats for the African continent today" taking place in several regions of Africa, including Nigeria and Mozambique.

Simultaneously, the resurgence of several coups d'état makes them one of the most common modalities for political change in Africa, thus representing the other face of terrorism. As the base of terrorism, we have the configuration of the African state considered by Researcher Luca Bussotti as authoritarian, but also "weak" when it comes to the control of one of the three elements of the state, the territory.

This model is defined as authoritarian but weak interesting to analyze, since it has led to popular uprisings such as the Arab Spring and, more recently, to open terrorism in Mozambique. These situations are due precisely to the characteristics of the state, the non-inclusive model that limits the activities of social and political actors and results in fraudulent elections. The reality in this model is the result of, according to the researcher, a submission of intelligence services "to political priorities that aim to protect primarily the figure of the charismatic leader more so than the security of the state."

In the same line of thought, Professor Miguel M. Ajú agrees that the lack of security and rule of law as well as the threat of terrorism represent the main threats to African companies and states.

However, it is not possible to rule out climate threats as one of the main ones that Africa faces nowadays. These are highly identified in the Horn of Africa region which includes countries such as Somalia, Ethiopia, and Kenya that are, according to the United Nations, in an

alarming situation due to the impacts of drought that aggravates the growing risk of internally displaced persons (IDPs), hunger, and malnutrition, including deaths. This is not a recent situation, since after the current drought problems were already visible, from the need for humanitarian assistance in Somalia, to the prolonged drought in Ethiopia and Kenya, situations that are not isolated and that foment civil conflicts.

In addition to the above, the existence of external threats, internal threats, demographic threats, and ethnic divisions are, according to Professor Miguel Ajú, *"...undermining the ability of States and Corporations to perform their tasks, ultimately leading to instances of social collapse."*

Brigadier Ramos da Cruz takes up the idea that the main threats stem from the three elements of the state (territory, sovereignty, population), more precisely from the lack of control of the territory.

He also mentions problems such as hunger, noting that the goal of "hunger zero" stipulated in 2014 has been partially or not at all achieved; he also mentions the high foreign debt and the consequent and unsustainable dependence on other States (e.g. China); piracy that jeopardizes economic energy security, this sector being very strategic for national States. Another threat that affects Africans and Africa is corruption, more specifically the issue of wealth squandered by privileged groups calling into question the common good of the populations, and finally, a consequence of the above, the insufficient employment market that is largely due to large migratory movements that lead young people to emigrate and seek better living conditions, resulting in a detriment and flight of skilled labor.

Challenges and opportunities for businesses and states in Africa

In this innovative global security paradigm, to face the current emerging security risks and threats, it is important to analyze and debate the correlation between the main challenges and opportunities facing Africans and Africa.



Partnerships with non-continental actors aiming to develop energetic diplomacy, which has been absent until now, this being both an opportunity and a challenge for this continent. Because it concentrates much diversity and much richness it certainly has a role to play in the variation of energy sources. Dr. Ana Carina Franco highlighted the clear opportunity to



finally strengthen energy diplomacy and increase commercial relations in some sectors, such as the supply of cereals, minerals, and other products. Renewable energies, such as solar energy, also have clear potential in the development of this energy and strategic diplomacy, which could counter the still strong exploitation and supply of natural gas from countries like Mozambique or Algeria. Prof. Miguel M. Ajú emphasizes the need for an "orderly, judicious, and unimpeded exploitation of natural resources that is respectful of the environment, accessible to all legitimate actors, and beneficial to national and foreign citizens, so that no one feels excluded".

The challenges regarding the economic sector are a consequence, in part, of global security and a weak and parasitic internal capitalism, given that the African continent is not immune to the increase in global inflation, which will lead to significant changes in markets and monetary-financial policies. To this end, it is appropriate to improve trade agreements between

foreign public and private entities, such as the EU, which used the EU-Africa summit (in February, days before the beginning of the Russian offensive) to launch the Global Gateway initiative to rival China's Belt and Road initiative (300 billion EUR worldwide).



From another economic perspective, access to credit is one of the biggest challenges, since 70% of the credit requests presented to African banks are not even considered. This is determined by the fact that local banks continue with the Western logic of wanting solid patrimonial guarantees, which most Africans do not have. And such a stance represents a huge obstacle for the informal sector (which constitutes the vast majority of the African economy) or small entrepreneurs to develop their businesses.

The constant growth of population in Africa (demographic issues) constitutes an opportunity, because the potential consumer market is getting larger, making investment more alluring, both domestic and foreign; however, if the socioeconomic conditions do not improve, the demographic growth will represent yet another challenge that will be difficult to respond to.

As a result of the economic challenges, industrial development is necessary, as industrialization, including sectors such as tourism, technology, and communications, represents a central element to replace the imports that most African countries still depend on and in this way, invest in human and technological training. In terms of partnerships in the security sector (and/or the security-development nexus), international relations specialist Dr. Ana Carina Franco recalls the existence of "the Wagner military group".

Whose presence is very significant in the Central African Republic, mostly in mining areas with strong ties to the Russian government. There is inherently an easy Russian influence on the policies and strategy of this country, making it difficult for the main interlocutors and political actors to discern. This is then visible in relations between European, African, and American partners. For example, the EU experiences its missions being called into question, for example the European Union Training Mission in the Central African Republic (EUTM CAR).

Africa's Major Future Contributions to Global Security

As a one and indivisible continental power, Africa can significantly contribute to global security and defense. The contributions focus on several areas and several political actors - States and Companies -, which reveal the increasing importance of this continent on the international scene. Jeffrey Sachs, an American professor and economist at Columbia University, states that "Africa's importance to global security has increased dramatically". Researcher Luca Bussotti argues that "Africa's greatest contribution to international stability and peace would be, first of all, a greater stability of the continent's states themselves".

This does not mean, as is often understood in Western economic literature and authors, to "crystallize" the political situation. Anesthetizing the debate and effectively denying the possibility of an internal democratic game represents the best way to destabilize the African continent. What Africa needs are institutionally stable governments and cultures, with an institutional continuity that goes beyond the primacy of the party in power.



At a political-military level, opinions are unanimous regarding consolidating regional security with the participation of African states in multilateral bodies, that is to say, sending more African troops in peace support missions which is a strong and important contribution.

The standpoints would be to continue to play a role as a credible actor or agency capable of contributing to the development and affirmation of international peace and security norms and policies, specifically through the UN since the assembly is composed of about 27% of African states, strengthening multilateralism. Thirdly, what Africa can offer the world has to do with the role and performance of the



African Union, assuming that this organization is not functioning fully.

The actions of the African Union, as a regional/continental project, have shown itself, politically and militarily, to be well below expectations. It is pointed out that the inefficiency of this organization is partly the result of external dependence - the European Union. In Prof. Miguel M. Ajú's thought, "African states are also expected to continue with the consolidation of state structures and to achieve their autonomy. That countered by an emphasis on world peace would allow "the African Union to take hold".

In addition to the others, a contribution, little consensual and little discussed, that the African states can give to the international community, is related to the fact of working on food security, in other words, to privilege and develop the primary sector as a field of economic activity related to the production of raw materials, very important for the maintenance of human life and that may become a security problem on a global scale.

The main objective would be to take advantage of the continent's fertile soils and specialize national communities and companies in crops, both endogenous and exogenous. Empowering the populations and companies, through coordinated public policies, would promote agribusiness and, consequently, the entire value chain that would result from it.

The global contribution would consequently focus on changing the cycle of simple production and export of

products, replacing it with a complete cycle of production, transformation, and sale of agricultural products.

Conclusion

After the analysis and debate about the main challenges and opportunities that Africans and Africa face in the 21st century, it can be concluded that the focus should be on multilateralism, more specifically concerning the fight against economic contradictions and competition based on a logic of insurgency and non-coordination in conflicts and external action, and more on cooperation between African states, with shared learning between regions.

Regarding the effectiveness of global security through Africa, the opinions are unanimous, and for that

objective to be fulfilled this would be divided into two major objectives and very related contributions: first off, a rearrangement of the organization of the United Nations in light of the new worldview that has emerged and the new paradigm on which it is based; and secondly, a strengthening of the role of the African Union as a responsible political body, which lacks

internal unity and does not function fully in matters of security, defense, and peace.

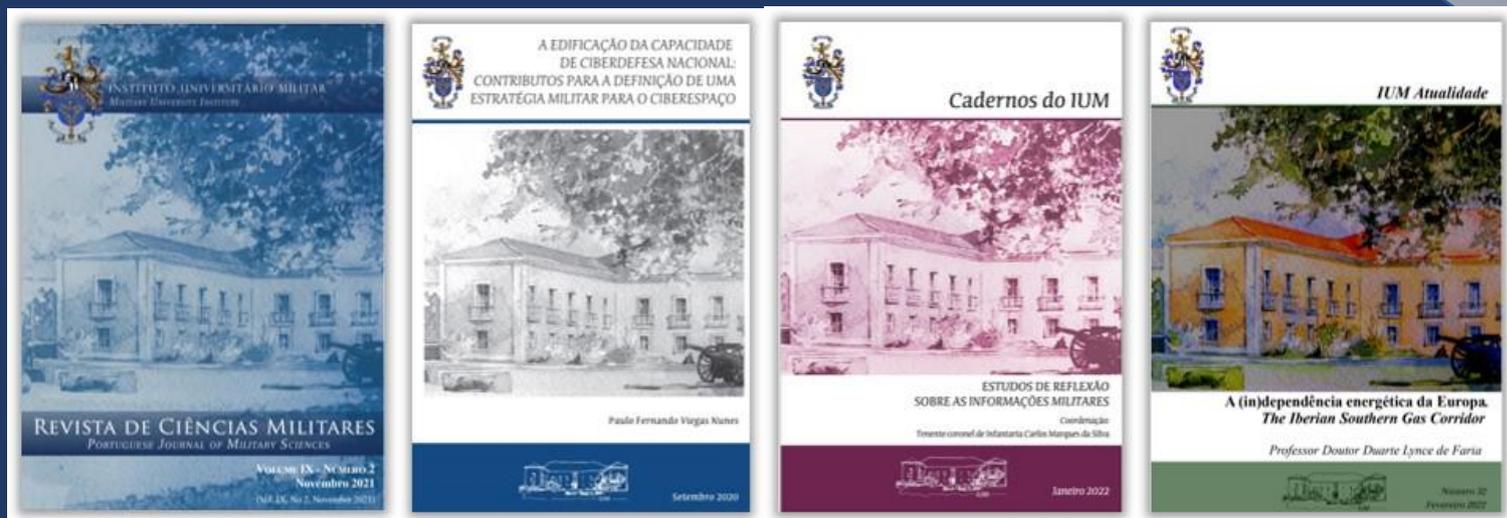
The theme expressed here still raises much debate in academic and political society, both its multifacetedness and extreme importance. The multi-variety of African actors will forever remain under intensive study, especially under the purview of defense and security.

Lisbon, March 30th 2022



IUM

Linhas Editoriais do IUM:



secretaria@ium.pt



<https://www.ium.pt/>
<https://www.ium.pt/?pag>



Rua de Pedrouços, 122
1449-027 Lisboa
Portugal



E_ium@ium.pt
+351 213 002 100